



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Requerimento nº _____, de 2013.
(REALIZAÇÃO DE AUDITORIA)
(Do Sr. Eduardo da Fonte)

Requer que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria nos processos e contratos de implantação dos parques de energia eólica localizados na Bahia, no Rio Grande do Norte e no Ceará.

Senhor Presidente,

Com amparo nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e no art. 24, inciso X c/c o inciso II do art. 60, e o §1º do art. 61, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **REQUEIRO** a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada auditoria pelo TCU nos processos e contratos de implantação dos parques de energia eólica localizados na Bahia, no Rio Grande do Norte e no Ceará.

JUSTIFICATIVA

A Comissão de Minas e Energia realizou, no dia 12/6/2013, audiência pública solicitada por mim e pelos Deputados Mario Negromonte e Luiz Argolo para discutir o desperdício de energia eólica nos parques de energia eólica localizados na Bahia, no Rio Grande do Norte e no Ceará Nordeste do País.

2. A audiência foi motivada por uma denúncia exibida pela Globo News de que a falta de linhas de transmissão, em parques eólicos já construídos na região, impede que a energia produzida pelo vento chegue a casas de milhões de brasileiros. Segundo a matéria jornalística, em nove meses, esse desperdício já teria custado aos cofres públicos cerca de 270 milhões.

3. À audiência compareceram o presidente da CHESF, João Bosco; o diretor geral da ANEEL, Romeu Donizete; o secretário de

99911B0536

99911B0536



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

planejamento do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura, e representantes do Ministério Público Federal e da Associação Brasileira de Energia Eólica.

4. No decorrer da audiência pública, todas as denúncias foram confirmadas. Há meses, parques eólicos foram construídos na Bahia e no Ceará, no entanto — como ainda não foram instaladas linhas de transmissão — a energia produzida não pode ser levada a milhões de brasileiros. A obra inacabada custa aos cofres públicos R\$ 33,6 milhões por mês.

5. Na fala dos expositores o que se observou foi um verdadeiro “jogo de empurra”. O Secretário de Planejamento do MME atribuiu a falha à ANEEL e disse que o erro não voltará a ocorrer. O Presidente da Chesf alegou impedimentos com questões ambientais. A ANEEL, por sua vez, afirmou que multou a Chesf em R\$ 11 milhões. Essa multa chega a ser irrisória se comparada com o prejuízo de quase 800 milhões com o erro de planejamento e execução nos parques de energia eólica.

6. A situação é extremamente delicada e merece que o TCU faça uma auditoria legal, financeira, contábil e operacional nos processos de implantação desses empreendimentos energéticos para identificar: primeiro, qual foi o erro cometido e as maneiras de saná-lo para que nunca mais volte a acontecer; e, em especial, a conduta dos responsáveis e, se for o caso, o valor a ser ressarcido aos cofres públicos.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado EDUARDO DA FONTE

PP/PE

99911B0536

99911B0536